



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681186 - RO (2021/0225197-0)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**PACIENTE** : DIONE MARCOS DE SOUZA (PRESO)  
**PACIENTE** : VANESSA MOREIRA PIRES (PRESO)  
**PACIENTE** : WILIAN FRANCISCO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIONE MARCOS DE SOUZA, VANESSA MOREIRA PIRES e WILIAN FRANCISCO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0804269-31.2021.8.22.0000).

Os pacientes "presos, em flagrante, no dia 25.04.2021, pela prática do crime previsto no art. 155, §1º e §4º, incs I e IV, do Código Penal", convertida "a prisão em flagrante em prisão preventiva" (fl. 16).

O impetrante "postula pela concessão da ordem de *habeas corpus*, para que seja concedido o direito de a paciente responder ao processo em liberdade, em face da ausência de fundamentação idônea a justificar a manutenção de medida extrema" (fl. 5).

Assevera ainda sobre as condições pessoais favoráveis dos pacientes, quanto a desproporcionalidade da preventiva com eventual regime a ser fixado em sentença condenatória e com relação à ausência de fundamentação para indeferir medida cautelar diversa. Traz apontamentos sobre a pandemia de covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão, com eventual aplicação de medida cautelar diversa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente